

Comissão aprova projeto de lei sobre conservação

MARIÂNGELA HERÉDIA

BRASÍLIA – A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou hoje, por unanimidade, o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que deverá dar um novo rumo às áreas ambientais protegidas no Brasil. “Para as unidades de conservação, esse é o maior acontecimento da década”, comemorou o secretário de Biodiversidade e Florestas do

Ministério do Meio Ambiente, José Pedro de Oliveira Costa.

Depois de sete anos de tramitação, o projeto agora irá em regime de urgência para votação no plenário da Câmara e depois será encaminhado ao Senado. O relator do projeto, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), disse que ele reflete a opinião da sociedade civil, mantém fidelidade aos interesses do País e atende às necessidades do governo para melhor gerenciar as unidades de conservação.

Um estudo do Fundo Mundial

para a Natureza (WWF) divulgado em março mostra que 75% dos 86 parques e reservas nacionais, criados há mais de seis anos, estão ameaçados em razão de uma combinação de falta de efetivação com alta vulnerabilidade. Para o diretor-executivo do WWF, uma das principais causas da situação precária das unidades de conservação brasileira é exatamente a falta de uma legislação adequada, que agora começa a existir com a aprovação do projeto de lei que cria o SNUC.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério disse que o projeto de lei propõe uma participação maior da sociedade na discussão e gestão das áreas de conservação. “Cada área protegida terá um conselho com a participação das prefeituras, da população que reside na área protegida e de instituições científicas, no mínimo”, explicou José Pedro de Oliveira Costa.

Relatórios – De acordo com o projeto de lei, o Ministério do

Meio Ambiente terá de apresentar relatórios a cada dois anos sobre a situação das unidades de conservação. José Pedro Costa acredita que, após a aprovação da lei pelo Congresso, o governo terá condições de buscar recursos em instituições internacionais para a conservação de parques e reservas. “Apenas para a mata atlântica há um necessidade estimada de recursos de US\$ 2 bilhões para a desapropriação de terras em mais de 600 áreas que devem ser protegidas”, afirmou. (Agência Estado)

Class.	
Data	10/6/99
Fonte	OSF
Classificação	Documentação
Página	16